RELATÓRIO ANUAL SOBRE A TRANSPARÊNCIA

APEL
Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

2025

Índice

1. Introdução 3
2. Demonstrações financeiras 3
2.1. Balanço 3
2.2. Demonstração dos resultados por natureza 4
2.3. Demonstração dos fluxos de caixa 4
3. Relatório sobre as atividades do exercício 4
3.1 Feira do Livro de Lisboa 5
3.2 Festa do Livro em Belém 6
3.3 Book 2.0 7
3.4 Sistema do ISBN (International Standard Book Number) 8
3.5 Atividade internacional 9
3.6 Dia Mundial do Livro e Campanha de Natal 9
3.7 AGECOP 10
3.8 Cópia Privada 10
3.9 Comissões especializadas 10
4. Informações sobre as recusas de concessão de uma licença 11
5. Descrição da estrutura jurídica e de governo da entidade de gestão coletiva 11
6. Informações sobre as entidades detidas ou controladas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, pela entidade de gestão coletiva 12
7. Informações sobre o montante total das remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais, bem como sobre outros benefícios concedidos 12
8. Informações financeiras 12
8.1 Receitas 12
8.2 Custo de gestão dos direitos e de outros serviços prestados pela entidade de gestão coletiva aos titulares dos direitos 14
8.2.1. Custos diretos 14
8.2.2. Custos indiretos 14
8.3 Montantes devidos aos titulares de direitos 15
8.4 Relações com outras entidades de gestão coletiva 16
9. Informações sobre o Fundo Cultural e a Função Social e Cultural 16

1. *Introdução*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 26.º - A da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, publica-se o Relatório Anual sobre a Transparência da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. *Demonstrações financeiras*

As demonstrações financeiras fazem parte do relatório e contas de 2025.

2.1. *Balanço*

	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	49.666	54.054
		49.666	**54.054**
ATIVO CORRENTE			
Créditos a Receber	7	15.018	8.460
Estado e outros entes públicos	8	322.194	278.251
Associados	7	4.645	3.722
Diferimentos	9	87.538	174.073
Outros ativos correntes	7	16.008	43.324
Caixa e depósitos bancários	4 | 7	3.217.112	2.992.636
		3.662.515	**3.500.465**
TOTAL DO ATIVO		**3.712.181**	**3.554.519**
FUNDO PATRIMONIAL			
Reservas	21	376.879	376.879
Resultados transitados	21	985.975	967.939
		1.362.854	**1.344.819**
Resultado líquido do exercício	21	8.828	18.036
TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS		**1.371.682**	**1.362.854**
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	10	75.521	102.466
Estado e outros entes públicos	8	11.456	9.357
Associados	10	65	589
Financiamentos obtidos	10	1.216	2.511
Diferimentos	9	35.209	32.046
Outros passivos financeiros	10	2.217.032	2.044.695
		2.340.499	**2.191.665**
TOTAL DO PASSIVO		**2.340.499**	**2.191.665**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**3.712.181**	**3.554.519**

2.2. Demonstração dos resultados por natureza

APEL - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS

	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	11	1.352.430	1.324.383
Subsídios, doações e legados à exploração	12	618.003	573.996
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(5.561)	(9.437)
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.960.393)	(1.941.033)
Gastos com o pessoal	15	(259.040)	(236.237)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	16	(590)	-
Outros rendimentos	17	376.376	419.822
Outros gastos	18	(101.651)	(106.991)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS | *EBITDA*		**19.575**	**24.504**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 | 19	(6.420)	(5.729)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS) | *EBIT*		**13.155**	**18.774**
Juros e rendimentos similares obtidos	20	-	1.688
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**13.155**	**20.462**
Imposto sobre o rendimento do período	6	(4.327)	(2.426)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		**8.828**	**18.036**

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		1.580.919	1.591.590
Pagamentos de apoios	10	(1.124.136)	(1.083.678)
Pagamentos a fornecedores		(2.156.700)	(2.270.321)
Pagamentos ao pessoal		(196.335)	(190.471)
Caixa gerada pelas operações		(1.896.253)	(1.952.879)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.426)	(1.534)
Outros recebimentos / pagamentos		2.129.908	2.010.549
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**231.229**	**56.136**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(2.033)	-
		(2.033)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(2.033)**	**-**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4.719)	(8.539)
		(4.719)	(8.539)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(4.719)**	**(8.539)**
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		**224.477**	**47.597**
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.992.635	2.945.038
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4 | 7	**3.217.112**	**2.992.635**

3. Relatório sobre as atividades do exercício

Para a APEL, o ano de 2025 ficou marcado por uma significativa concretização de projetos e pela prossecução de uma linha de atuação orientada para a identificação e promoção de

instrumentos e mecanismos de salvaguarda, capacitação, inovação valorização e desenvolvimento do setor. Neste quadro, a Direção da APEL assegurou, ao longo do ano, a manutenção de contactos regulares com os decisores políticos e institucionais dos ministérios, organismos e demais entidades com intervenção direta nas matérias relevantes para a atividade do setor, designadamente o Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, o Ministério da Educação, a DGLAB, o PNL, IGAC, DGAE, IGeFE, e a Presidência da República.

No cumprimento do seu objeto estatutário, centrado na promoção e defesa dos direitos e legítimos interesses dos seus associados, a APEL desenvolveu, durante o ano de 2025, as seguintes atividades principais:

1. Organização da Feira do Livro de Lisboa;
2. Organização da Festa do Livro em Belém;
3. Organização do Book 2.0
4. Sistema do ISBN (*International Standard Book Number*) enquanto Agência Portuguesa;
5. Envolvimento em atividades internacionais;
6. Realização de campanhas de promoção do Livro: comemoração do Dia Mundial do Livro e Campanha de Natal;
7. Participação enquanto membro da Direção da AGECOP;
8. Comissões Especializadas e Grupos de Trabalho;
9. Apuramento e distribuição das verbas da Cópia Equitativa e gestão do Fundo Cultural.

3.1 Feira do Livro de Lisboa

A Feira do Livro de Lisboa (FLL) é um evento que se realiza anualmente desde 1931 na cidade de Lisboa. Tem como objetivos principais:

a) Promover e difundir livros em língua portuguesa, nos seus diferentes formatos, e fomentar os hábitos de leitura e o incremento do nível de literacia;
b) Ser uma referência cultural da cidade de Lisboa;
c) Promover perante o leitor/comprador a oportunidade da aquisição de livros;
d) Promoção de atividades a decorrer no evento (apresentações, debates, lançamentos, mesas-redondas, entregas de prémios, sessões de autógrafos e celebrações em geral centradas no livro).

Para os editores e livreiros é um importante potenciador de negócios, na medida em que:

a) Consubstancia uma oportunidade para contatar diretamente com o consumidor;
b) Permite *feedback* direto por parte dos seus leitores;
c) É um meio em si para promover novos produtos;
d) Permite a oportunidade de renovar o stock de livros;
e) Ajuda a redefinir novas estratégias comerciais.

A 95.ª Feira do Livro de Lisboa decorreu no Parque Eduardo VII, entre 4 e 22 de junho de 2025, integrando o período das Festas de Lisboa e realizando-se no âmbito do protocolo estabelecido

com a Câmara Municipal de Lisboa para o triénio 2023-2025. A edição contou com uma ampla oferta editorial, reunindo 133 participantes, 960 marcas editoriais, 85.000 títulos distintos e 350 pavilhões, a que se somou o Espaço dos Pequenos Editores. Neste contexto, a Feira voltou a afirmar-se como um dos mais relevantes acontecimentos culturais da cidade e do país, proporcionando ao público o acesso à maior exposição editorial realizada em Portugal.

Em 2025, a Feira consolidou a dimensão alcançada no ano anterior, operando num patamar de maturidade e capacidade máxima de crescimento. A estratégia organizacional centrou-se, por isso, na otimização da oferta e na qualificação dos serviços prestados, com especial enfoque no conforto, acessibilidade e experiência global dos visitantes.

A estrutura de programação cultural manteve-se particularmente robusta, distribuída por diferentes auditórios e palcos temáticos, reforçando a atratividade e diversidade do evento. Com mais de 3200 eventos, esta programação constituiu, uma vez mais, um dos principais fatores de mobilização do público.

Paralelamente, a edição distinguiu-se também pela aposta continuada na sustentabilidade, na inclusão e na vertente familiar, nomeadamente através do projeto "Vamos plantar livros", com a replantação de 7000 árvores, da recolha de 37.000 livros em colaboração com o Banco de Bens Doados da Entrajuda, do reforço das condições de acessibilidade e da renovação da iniciativa "Acampar com Histórias".

Em termos de afluência, a Feira registou cerca de 820.000 visitantes, segundo a contagem realizada pela IPSOS Apeme, mantendo níveis de participação muito elevados, apesar de um ligeiro decréscimo face ao ano anterior. O público com menos de 34 anos representou dois terços dos visitantes, confirmando a capacidade da Feira para atrair novas gerações e renovar os seus públicos.

A avaliação global da visita atingiu níveis particularmente positivos, com uma taxa de recomendação de 96% e com 61% dos inquiridos a considerarem que a Feira "está cada vez melhor".

O balanço global da 95.ª edição é, assim, claramente positivo, refletindo a consolidação das melhorias introduzidas nas últimas edições e a relevância crescente da Feira do Livro de Lisboa no panorama cultural nacional.

3.2 Festa do Livro em Belém

Em 2025, a APEL voltou a organizar a Festa do Livro em Belém, a convite da Presidência da República. A Festa realizou-se entre 25 e 28 de setembro, após a necessidade de alteração das datas inicialmente previstas, na sequência da tragédia provocada pelo descarrilamento do Elevador da Glória. Durante os quatro dias deste evento dedicado exclusivamente à promoção

de obras de autores de língua portuguesa, estiveram representados, nos Jardins do Palácio de Belém, mais de 2000 autores lusófonos, através de 70 participantes distribuídos por 122 bancas, representando mais de 280 marcas editoriais.

A programação cultural integrou concertos, debates, sessões de autógrafos e lançamentos de livros, num total de cerca de 350 iniciativas, contando ainda com a presença de 400 autores. No espaço infantil, dinamizado pela Rede de Bibliotecas de Lisboa, realizaram-se atividades dirigidas aos mais pequenos, incluindo horas do conto, jogos didáticos e música para bebés. Estiveram igualmente disponíveis 10 pontos de restauração, com opções diversificadas.

Apesar da alteração de datas e de condições meteorológicas adversas em alguns períodos, marcados por chuva e vento fortes, a Festa do Livro em Belém 2025 registou uma afluência recorde, com cerca de 27 mil visitantes.

Esta foi a última Festa do Livro em Belém realizada durante a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, que lançou a iniciativa em 2016, em colaboração com a APEL. No balanço efetuado, o Presidente da República destacou a evolução positiva da Festa, sublinhando a sua consolidação após a interrupção verificada em 2020 e 2021, quando não se realizou devido à pandemia de covid-19.

3.3 Book 2.0

Em 2025, a APEL voltou a organizar o Book 2.0, cuja 3.ª edição realizou-se nos dias 3 e 4 de setembro de 2025, na Fundação Champalimaud, em Lisboa, reunindo mais de 700 participantes, 40 oradores e 20 parceiros.

Subordinada ao mote "A Reinvenção das Espécies", a edição de 2025 mobilizou a comunidade educativa, cultural, científica e política, contando com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, bem como de representantes da Comissão Europeia, da OCDE e da International Publishers Association (IPA). Esta diversidade de participantes reforçou a relevância do Book 2.0 como espaço de reflexão e debate em torno do futuro do livro, da leitura e do conhecimento.

A edição ficou igualmente marcada pela apresentação de uma nova edição do estudo *Hábitos de Compra e Leitura em Portugal*, desenvolvido pela GfK para a APEL, reforçando a dimensão estratégica do evento enquanto espaço de análise e discussão dos principais desafios do setor.

Em 2025, o Book 2.0 lançou ainda uma nova série de podcasts, criando um espaço contínuo de reflexão sobre o futuro do livro, da leitura e do conhecimento. Esta série reúne convidados de edições anteriores e promove debates sobre ideias e tendências que estão a redefinir o setor editorial e literário, alargando o alcance do evento para além da sua realização presencial.

O Book 2.0 tem vindo, assim, a afirmar-se como um espaço de referência para o debate em torno dos livros, da leitura, da literacia e do conhecimento, procurando colocar o livro no centro das grandes transformações contemporâneas.
Financiado através de verbas do Fundo Cultural da Cópia Privada, o evento foi de entrada livre, não tendo sido cobrado qualquer valor de inscrição, com prioridade na confirmação do registo para os associados da APEL.

3.4 ***Sistema do ISBN (International Standard Book Number)***

O sistema ISBN (Inter*national Standard Book Number*) é coordenado pela Agência Internacional do ISBN, que supervisiona a sua utilização e delega competências nas agências nacionais designadas em cada país.

A APEL assegura, desde 1988, as funções de Agência Portuguesa do ISBN, sendo responsável pela atribuição de números de identificação a publicações não periódicas, pela atribuição de prefixos de editor, pelo apoio aos editores na utilização do sistema e pela sua promoção a nível nacional. No âmbito desta atividade, acompanha ainda a atribuição de ISBN a publicações editadas em Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Em 2025, a atividade da Agência Nacional de ISBN registou uma evolução positiva, com um crescimento de cerca de 5% face ao ano anterior e uma maior regularidade na atribuição de ISBN ao longo do ano.

Ao longo do ano, continuou o processo de modernização dos sistemas de informação do ISBN. A Agência participou, em formato remoto, na reunião anual internacional das Agências de ISBN, realizada em São Paulo, e desenvolveu uma nova funcionalidade no portal que permite aos editores consultar os seus prefixos de editor de forma mais simples e autónoma. Esta funcionalidade entrou em funcionamento em novembro.

No total, foram atribuídos no ano, 23.683 números de ISBN, dos quais 6279 corresponderam a ebooks e 188 a audiolivros. No âmbito da colaboração com os PALOP e com Timor-Leste, cujos editores beneficiam da atribuição gratuita de ISBN, foram atribuídos, ao longo de 2025, 2592 ISBN.

Foram criados 2012 novos prefixos de editor, dos quais 1367 foram atribuídos a utilizadores registados pela primeira vez.

No final do ano, a base de dados integrava um total acumulado de cerca de 550.000 registos, dos quais cerca de 76.000 respeitantes a ebooks e 1100 a audiolivros.

3.5 *Atividade internacional*

Em 2025, a APEL manteve uma presença ativa nas principais feiras e organizações internacionais do setor do livro, reforçando a projeção externa do setor editorial português. Entre 31 de março e 3 de abril, Portugal esteve representado na Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, através de um stand coletivo coordenado pela APEL, em parceria com a DGLAB. O espaço nacional reuniu 15 participantes, entre editoras, organismos públicos e a própria DGLAB, permitindo promover a edição infantojuvenil portuguesa junto de profissionais internacionais.

Entre 15 e 19 de outubro, Portugal esteve também presente na Feira do Livro de Frankfurt, numa localização junto à nova entrada principal do Hall 5.0. A participação portuguesa foi novamente coordenada pela APEL, em parceria com a DGLAB, e o espaço nacional acolheu cerca de 60 marcas editoriais, bem como uma mostra de traduções de obras de autores portugueses publicadas em várias línguas, com apoio da DGLAB.

A APEL manteve ainda a sua participação nas principais organizações internacionais em que se encontra filiada, assegurando o acompanhamento de matérias estratégicas para a atividade editorial e livreira a nível europeu e internacional e consolidando a sua presença institucional nas principais instâncias do setor do livro. A associação esteve representada por Miguel Pauseiro junto da Federação Europeia de Editores (FEP) e da Federação Europeia e Internacional de Livreiros (EIBF), e por Paulo Oliveira junto da União Internacional de Editores (IPA), na qualidade de membro do respetivo Comité Executivo. A APEL decidiu, em 2025, deixar de integrar o GIE - Grupo Ibero-americano de Editores.

3.6 *Dia Mundial do Livro e Campanha de Natal*

Em abril, a APEL assinalou o Dia Mundial do Livro com a campanha "Leia a minha primeira página". A iniciativa teve como objetivo aumentar a visibilidade do livro no espaço público, estimular a curiosidade dos leitores e promover a leitura. Para o efeito, foram disponibilizados livros em diferentes locais e produzidos conteúdos próprios, posteriormente partilhados com os associados, com vista à sua replicação em diferentes canais e ao alargamento do alcance da campanha junto de públicos mais amplos e diversificados.

Em dezembro, a APEL lançou a sua Campanha de Natal, assente num conceito narrativo centrado na valorização do livro enquanto presente e experiência de leitura. A campanha decorreu entre 4 e 23 de dezembro e foi desenvolvida para as redes sociais da APEL e da Feira do Livro, onde alcançou 5,6 milhões de pessoas e gerou 14 milhões de impressões. A estes resultados acresceu a presença em meios digitais nacionais, com mais de 11 milhões de impressões, bem como a difusão na rádio, através de cerca de 800 spots nas principais emissoras nacionais. Ambas as campanhas foram financiadas através de verbas do Fundo Cultural.

3.7 AGECOP

No âmbito da sua atuação institucional, a APEL manteve a sua representação na Direção da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, acompanhando de forma ativa os desenvolvimentos associados à gestão e distribuição das verbas provenientes da compensação equitativa. Durante o período de referência, entre 01/12/2024 e 30/11/2025, registou-se um ligeiro aumento nas receitas face às do período anterior. A AGECOP assegurou a entrega regular das respetivas verbas à APEL, cuja afetação se encontra refletida nos pontos seguintes.

3.8 Cópia Privada

Na sequência da aprovação, pela Assembleia-Geral de 2019, do método de cálculo da Compensação Equitativa e do modelo de distribuição das verbas da Cópia Privada entregues pela AGECOP, foi efetuada a primeira distribuição relativa aos montantes acumulados até novembro de 2018. A partir desse momento, o processo passou a seguir uma cadência regular, com a distribuição a ocorrer anualmente no segundo trimestre, de acordo com o definido no respetivo Regulamento.

3.9 Comissões especializadas

Em 2025, a Comissão do Livro Escolar (CLE) acompanhou os principais temas ligados às edições escolares e interveio junto das entidades competentes em várias matérias relevantes para o setor. Destaca-se a prorrogação da Convenção de Preços de Manuais Escolares por mais um ano letivo, o acompanhamento da revisão das Aprendizagens Essenciais e das provas ModA e exames, bem como a intervenção relativa aos atrasos no pagamento dos vouchers de manuais gratuitos. Merece ainda referência a clarificação da não devolução dos manuais do 1.º ciclo, consagrada no Decreto-Lei n.º 111/2025.

Em 2025, a Comissão de Acompanhamento da Lei do Preço Fixo do Livro prosseguiu o trabalho de revisão da legislação, em articulação com a Direção da APEL. A Comissão continuou a defender o reforço deste regime jurídico, com o objetivo de proteger a diversidade editorial e o retalho especializado, à semelhança do que sucede noutros países europeus. Apesar do trabalho desenvolvido, o processo não ficou concluído até ao final do ano.

O Grupo de Trabalho para revisão da Convenção Coletiva de Trabalho acompanhou, em 2025, o processo negocial com o SITESE. Desse processo resultou um acordo que permitiu atualizar as tabelas remuneratórias, as cláusulas de expressão pecuniária e outras disposições da convenção coletiva. As alterações foram publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, tendo a Portaria de Extensão sido publicada apenas já em 2026.

Em 2025, a Comissão Contra a Cópia Ilegal (CCCI) continuou a acompanhar as iniciativas de combate à pirataria digital relevantes para o setor editorial. O trabalho desenvolvido com o MAPINET e com a Smart Protection permitiu identificar cerca de 11 mil infrações relacionadas com conteúdos dos associados da APEL e alcançar uma taxa de remoção superior a 95%. A Comissão acompanhou ainda a evolução das ferramentas de monitorização e o enquadramento legislativo em matéria de direitos de autor.

4. *Informações sobre as recusas de concessão de uma licença*

Não aplicável

5. *Descrição da estrutura jurídica e de governo da entidade de gestão coletiva*

A APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros é uma associação sem fins lucrativos, constituída em 14 de agosto de 1975 com sede social na Avenida dos Estados Unidos da América, N.º 97, 6.º Esq.º, em Lisboa.
A 4 de maio de 1995, a APEL foi reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, nos termos de Decreto-Lei n.º 460/77 de 7 de novembro.
A 20 de dezembro de 2018 a APEL concluiu o processo de pedido do registo de Entidade de Gestão Coletiva na Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), tendo o mesmo sido aceite tacitamente conforme o disposto no n.º 5 do Artigo 11.º da Lei n.º 26/2015 de 14 de abril, e que foi posteriormente confirmado pela mesma entidade em 2019.

A Associação tem por objeto a promoção e a defesa dos direitos e legítimos interesses dos seus associados, e em especial:

a) Realizar as ações necessárias ou prestar os serviços convenientes à promoção das atividades editorial, distribuidora e livreira;
b) Promover, no território nacional ou no estrangeiro, a organização de manifestações públicas, exposições ou feiras destinadas à promoção e venda do livro, bem como a realização de quaisquer atividades de natureza social e cultural que beneficiem coletivamente os titulares de direitos representados pela Associação;
c) Defender, promover e divulgar o Direito de Autor e Direitos Conexos, nomeadamente através do combate à cópia ilegal;
d) Representar a Agência Internacional do ISBN e, desse modo, agir como agência nacional em benefício de todos os profissionais do livro;
e) Promover formas de articulação entre editores, livreiros e outros profissionais do livro;
f) Assegurar a gestão coletiva, no âmbito do Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, dos direitos que sejam titulares os associados e entidades por estes representadas, em particular a gestão dos direitos patrimoniais que lhes sejam confiados;
g) Prestar à associada informação relevante para a respetiva atividade;

h) Contribuir para a elaboração da legislação que, de qualquer modo, possa relacionar-se com as atividades dos associados.

São associadas da APEL pessoas que legalmente exerçam no território nacional as atividades de editor, livreiro, alfarrabista, distribuidor, revendedor ou exportador de livros, nos termos dos estatutos em vigor.

São órgãos da Associação: a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. O mandato dos órgãos associativos é de três anos, não sendo permitida mais do que uma reeleição consecutiva para o mesmo órgão social.

6. *Informações sobre as entidades detidas ou controladas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, pela entidade de gestão coletiva*

A APEL não detém nem controla, direta ou indiretamente, no outro ou em parte, qualquer entidade.

7. *Informações sobre o montante total das remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais, bem como sobre outros benefícios concedidos*

Os membros dos órgãos sociais da APEL não têm quaisquer interesses detidos na associação e não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício.

8. *Informações financeiras da Cópia Privada*

8.1 Receitas

São referentes à cobrança das compensações equitativas que resultam da aplicação da Lei da Cópia Privada, previstas na Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto, pela Lei n.º 49/2015, de 5 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 89/2019, de 4 de julho.

Os valores debitados, relativos a compensação pela cópia privada, com base nas declarações submetidas pelas entidades competentes e recebidos em 2025, são os seguintes, de acordo com a AGECOP:

Compensação equitativa pela cópia privada	Debitado (2025)	Recebido (2025 e anteriores)
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL		
N.º 4 do artigo 3º da Lei n.º 62/98	33.960.363	33.557.309
Total (A)	**33.960.363**	**33.557.309**
DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA		
Tarifa anual - n.º 2 do art. 3º da Lei 62/98	304	298
N.º 4 do artigo 3º da Lei n.º 62/98	7.095.535	6.959.098
Total (B)	**7.095.838**	**6.959.396**
TOTAL (A + B)	**41.056.201**	**40.516.705**

Segundo a AGECOP, o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 82,72% do total recebido (82,82% em 2024) e o Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica por 17,28% (17,18% em 2024).

Os valores debitados referentes às compensações equitativas cobradas nas vendas de fotocópias de obras, electrocópias e demais suportes (previstas no n.º 2, do artigo 3.º da Lei) totalizaram 304 Euros (537 Euros em 2024). Quanto aos montantes debitados, previstos na tabela anexa à Lei, ascenderam a 7.095.535 Euros (6.405.970 Euros em 2024).

No departamento de cópia gráfica e reprográfica, e no que respeita aos recebimentos, os mesmos totalizaram até 2025, 6.959.396 Euros (6.406.287 Euros até 2024), verificando-se um acréscimo de 8,63 % face a 2024.

Foram efetuadas distribuições equitativas pela AGECOP à APEL, na parte relativa aos editores, em junho e dezembro, das quantias recebidas entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, conforme quadro seguinte:

Total de compensações equitativas distribuídas Data de referência das compensações	**2025** 12/2024 - 11/2025	**2024** 12/2023 - 11/2024
Autores	1.615.772	1.492.893
Editores	2.793.194	2.591.809
EDITORES E AUTORES	**4.408.966**	**4.084.701**
APEL	1.615.772	1.492.893
VISAPRESS	1.177.422	1.098.916
EDITORES	**2.793.194**	**2.591.809**
COMPENSAÇÕES E JUROS DISTRIBUÍVEIS	**4.408.966**	**4.084.701**

Entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, foi distribuída a quantia total de 4.084.701 Euros, estando os valores entregues à APEL apurados de acordo com as proporções estabelecidas na Lei, os resultados do estudo realizado pela Marktest para a AGECOP e também com os acordos estabelecidos entre os Associados do Departamento de Reprografia.

Aos montantes atribuídos à APEL, em 2025, para posterior distribuição aos editores, foram deduzidas as respetivas quotas de funcionamento da AGECOP, conforme detalhado no quadro seguinte:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA	Compensações e juros distribuídos	Quotas deduzidas	Valor entregue
APEL	1.492.893	19.864	1.473.029
TOTAL	**1.492.893**	**19.864**	**1.473.029**

8.2 *Custo de gestão dos direitos e de outros serviços prestados pela entidade de gestão coletiva aos titulares dos direitos*

8.2.1. *Custos diretos*

Os custos diretos registados no exercício de 2025, no montante total de 73.257 Euros (79.043 Euros em 2024) relacionaram-se principalmente com: as quotizações da AGECOP no montante de 19.864 (24.630 Euros em 2024), os custos relativos a estudos encomendados à GFK para o apuramento de quotas de mercado e hábitos de compra de livros, essenciais para a definição dos critérios de distribuição dos direitos aos editores, no montante de 40.690 (42.294 Euros em 2024), por serviços de terceiros e ainda gastos com o pessoal da APEL no montante de 12.703 (12.119 Euros em 2024).

Atividade de gestão coletiva - Gastos operacionais diretos	2025	2024
Fornecimentos e serviços externos	**40.690**	**42.294**
Subcontratos	38.205	42.294
Trabalhos Especializados	2.483	-
Deslocações e estadas	2	-
Gastos com o pessoal	**12.703**	**12.119**
Outros gastos	**19.864**	**24.630**
TOTAL	**73.257**	**79.043**

8.2.2. *Custos indiretos*

A atividade de gestão coletiva implicou, na prossecução das tarefas que lhe estão inerentes, gastos de funcionamento indiretos, nomeadamente, através da utilização de recursos estruturais da APEL. Incluem-se aqui, as horas-homem dedicadas à temática da gestão de direitos, na interceção com a AGECOP no sentido de garantir os legítimos interesses dos titulares dos direitos (editores) e nas medidas que visaram a construção de uma política de distribuição proporcional, justa e objetiva.

Deve também ser considerada uma imputação dos gastos gerais, ter em consideração uma quota parte dos gastos logísticos da APEL, como por exemplo, gastos de comunicação, eletricidade, renda, entre outros, tendo em conta o tempo e recursos despendidos com esta nova atividade da APEL, no conjunto das tarefas consagradas no seu objeto.

Adicionalmente, a atividade de gestão coletiva, pelo recebimento dos direitos relativos aos editores, no montante de 1.615.772 Euros (1.492.893 Euros em 2024), originou uma variação no seu pró-rata de IVA, de 72% em 2016 (o último ano não impactado pelas verbas da cópia privada), para 32,77% em 2025, traduzindo-se num acréscimo de gastos associado à atividade de gestão de direitos, nas despesas comuns às atividades isenta e não isenta, que sejam dedutíveis em sede de IVA, e que em 2025 tem um impacto na ordem dos 14.882 Euros.

Até ao final do ano de 2025, a APEL distribuiu o total acumulado de 7.735.501 Euros (6.611.364 Euros em 2024) relativos a direitos conexos.

Tendo em consideração este princípio e os recursos estruturais alocados a esta atividade e consequências fiscais desta atividade, todos enumerados acima, optou-se por um critério mais simples e objetivo, que consistiu na cativação de 10% dos direitos recebidos durante o ano de 2025, no montante total de 161.577 Euros (149.289 Euros em 2024), a título de comissão de gestão, em detrimento da dedução dos gastos diretos e do apuramento por imputação de atividades dos gastos indiretos.

8.3 ***Montantes devidos aos titulares de direitos***

As quantias entregues para distribuição aos editores, que são representados na AGECOP pela APEL, puderam começar a ser distribuídas em setembro de 2019, após a aprovação do Método de Cálculo para apuramento da Compensação Equitativa, na Assembleia Geral de maio 2019. Este documento foi elaborado tendo em base critérios objetivos, adequados aos tipos de direitos geridos e que excluam a arbitrariedade, e que assegurem aos titulares de direitos uma participação na distribuição proporcional à utilização das respetivas obras.

A 31 de dezembro de 2025, a quantia total acumulada entregue pela AGECOP à APEL para distribuição aos editores ascendia a 11.390.626 Euros (9.774.854 Euros em 2024).

Montantes a distribuir a 31/12/2025	Compensações equitativas	Função Social e Cultural	Valores não reclamados	Juros	Comissão de funcionamento	Valores Pagos	Total *
2005-2010	24.696	-	-	-	(2.470)	-	**22.226**
2011	4.019	-	-	-	(402)	-	**3.618**
2012	6.979	-	-	-	(698)	-	**6.281**
2013	2.619	-	-	-	(262)	-	**2.357**
2014	2.137	-	-	-	(214)	-	**1.924**
2015	145.332	-	-	-	(14.533)	-	**130.799**
2016	470.430	-	-	-	(47.043)	-	**423.387**
2017*	480.083	-	-	380	(48.008)	-	**432.455**
2018*	775.982	-	-	639	(77.598)	-	**699.023**
2019*	804.769	-	-	-	(80.477)	(1.510.529)	**(786.237)**
2020*	1.364.212	-	-	-	(136.421)	(898.151)	**329.640**
2021*	1.374.435	-	-	-	(137.444)	(666.631)	**570.361**
2022*	1.459.125	-	-	-	(145.912)	(1.276.198)	**37.014**
2023*	1.367.142	-	-	-	(136.714)	(1.176.178)	**54.250**
2024*	1.492.893	(74.645)	(265.194)	-	(149.289)	(1.083.678)	**(79.913)**
2025*	1.615.772	(80.789)	(92.432)	-	(161.577)	(1.124.136)	**156.838**
TOTAL	**11.390.626**	**(155.433)**	**(357.626)**	**1.019**	**(1.139.063)**	**(7.735.501)**	**2.004.022**

* compensações equitativas a partir de 2017 com *cut-off* a novembro de cada ano

8.4 *Relações com outras entidades de gestão coletiva*

Em 2025, as relações com outras entidades de gestão coletiva consistem das verificadas com a AGECOP, associação da qual a APEL é membro associado e Presidente da Mesa da Assembleia Geral, representados por Miguel Pauseiro, tendo no presente exercício recebido:

a) as distribuições equitativas relativas ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica, após dedução direta das respetivas quotas para cobertura de custos de funcionamento. Em 2025, as distribuições totalizaram 1.615.772 Euros (1.595.908 Euros deduzidos das quotas da AGECOP no montante 19.864 Euros), com referência de dezembro de 2024 a novembro de 2025, perfazendo 58% dos direitos reservados aos editores, do Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica (50% das receitas reservados a autores e 50% reservados a editores). Na prática os editores, com base nesta política de distribuição asseguram direitos no montante de 30% dos direitos relativos à cópia gráfica e reprográfica;
b) as verbas do Fundo Cultural, destinadas a fins culturais e de investigação e divulgação de direitos de autor e direitos conexos. Em 2025, as distribuições totalizaram 403.944 Euros (373.224 Euros em 2024), com referência de dezembro de 2024 a novembro de 2025, que correspondem a 20% dos direitos recebidos pela AGECOP.

9. *Informações sobre o Fundo Cultural e a Função Social e Cultural*

Conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, em 2017, a AGECOP afetou 20% do total recebido, no exercício, ao Fundo Cultural destinado a "ações de incentivo à atividade cultural e à investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos".

Os valores disponibilizados à APEL, como representante dos editores, pela AGECOP, totalizaram 403.944 Euros em 2025 (211.840 Euros em junho de 2024 e 192.104 Euros em dezembro de 2025).

Dos valores recebidos pelo Fundo Cultural, foram afetos 100.357 Euros a campanhas publicitárias de Natal e (68.848 Euros em 2024), 15.000 Euros à renovação do software antipirataria *Smart Protection* (24.600 Euros em 2024), 281.625 Euros ao evento Book 2.0 (260.052 Euros em 2024) e ainda foram afetados à campanha do Dia Mundial do Livro a verba de 7.521 Euros (25.874 Euros em 2024).

A utilização das quantias afetas ao Fundo Cultural, está sujeita ao Regulamento do Fundo Cultural, criado pela AGECOP, ficando a APEL responsável pela aplicação das verbas, devendo respeitar o enquadramento das despesas no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 62/1998, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 49/2015, de 5 de junho.

De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto, uma vez expirado o prazo legal para a sua reclamação, foi efetuada a dedução das verbas da compensação equitativa que se encontravam prescritas, relativas à distribuição de 2020, num montante total de 92.432 Euros, tendo este valor revertido para a Função Social e Cultural.

O artigo 29.º do mesmo Decreto-Lei estabelece que as entidades de gestão coletiva constituídas em Portugal devem afetar uma percentagem não inferior a 5% do conjunto das receitas de direitos cobradas. Embora esta disposição legal tenha suscitado dúvidas (clarificadas junto da entidade que tutela este diploma) quanto à sua aplicabilidade direta à atividade da associação, dado que a APEL não cobra direitos de autor em representação dos seus associados, a obrigação de afetação de 5% revela-se expressamente consagrada no ponto 5 do artigo 17.º dos Estatutos da APEL. Com este pressuposto, ocorreu uma afetação de 80.789 Euros (74.645 Euros em 2024) à Função Social e Cultural.

Os fundos da Função Social e Cultural devem ser aplicados em:

a) Atividades sociais e de assistência aos seus associados ou cooperadores;
b) Ações de formação em matéria de direito de autor e direitos conexos ou em outras áreas necessárias no âmbito do desempenho das funções dos seus membros;
c) Promoção de obras, prestações e produtos;
d) Ações de incentivo à criação cultural e artística, com prioridade ao investimento em novos talentos;
e) Ações de prevenção, identificação e cessação de infrações lesivas de direito de autor e direitos conexos, excluindo o financiamento das atividades de licenciamento da entidade de gestão coletiva em causa;
f) Investigação, divulgação e promoção da matéria do direito de autor e direitos conexos;
g) Internacionalização do mercado de obras e prestações de origem nacional e cooperação internacional com vista ao desenvolvimento da gestão coletiva de direitos ao nível supranacional.

Dos 313.059 Euros disponíveis para a Função Social e Cultural, em 2025 a Associação afetou 145.000 Euros à Feira do Livro de Lisboa de 2025 (165.000 Euros em 2024), 25.000 Euros à Feira do Livro de Frankfurt de 2025 (15.000 Euros em 2024) e 20.000 Euros à Feira do Livro Infantil de Bolonha de 2025 (o mesmo montante que em 2024), tendo sido aplicado um total de 190.000 Euros (200.000 Euros em 2024).

Lisboa, 15 de abril de 2026

Direção

Miguel Pauseiro

Bernardo Santos

Ana Neves

Clara Capitão

Filipe Infante

Manuel Fonseca

Rita Pinto